

Ensino particular em crise ameaça parar de vez

BRASÍLIA — Pedir a intervenção do Ministério da Educação em todos os estabelecimentos de ensino das redes particulares, suspender as atividades de Primeiro e Segundo graus no final deste primeiro semestre e dar aviso prévio a todos os empregados. Estas são as três recomendações que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) está transmitindo aos donos e dirigentes de escolas dessas redes.

As recomendações constam de um telex enviado ontem a todos os sindicatos para que as entidades, nos Estados, transmitam esta orientação devido a problemas como "falta de decisão dos Conselhos estaduais quanto ao repasse de aumentos para as mensalidades, movimento dos pais e boicote de pagamento". O telex é assinado pelo Presidente da Fenen, Roberto Dornas, que também sugere que as escolas encaminhem pedidos de intervenção ao Ministério da Educação, à Caixa Econômica Federal e aos governadores estaduais para que administrem financeiramente e mantenham o funcionamento dos estabelecimentos.

As escolas de Primeiro e Segundo graus, a Fenen recomenda o encerramento das atividades já no final deste primeiro semestre, com a imediata disponibilidade de transferência para seus alunos e entrega de aviso prévio aos empregados.

Roberto Dornas também enviou telex ao MEC, informando que a situação das escolas particulares está insustentável em vários Estados. Segundo argumenta Dornas no telex ao Ministério da Educação, 60 por cento dos estabelecimentos particulares de ensino de Primeiro, Segundo e Terceiro Graus não terão condições de funcionar no segundo semestre, por falta de recursos.

Algumas, destaca, já tomaram decisões extremas, citando o caso da Direção da Faculdade Santa Gertrudes, em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, que já pediu formalmente ao MEC, antecipando-se à recomendação da Fenen, para intervir na instituição, alegando não ter mais capacidade de geri-la. Os professores e alunos da escola estão em greve desde o dia 27 de março passado.

Informou que a situação está confusa nos Estados do Rio e de São Paulo e sem solução no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Espírito Santo. Acrescentou que há greve de professores em vários desses Estados, sendo que as reivindicações de reajuste salarial variam entre 150 e 250 por cento. Além disso, concluiu, pesa o disparo do gatilho, que acumulado nos meses de janeiro, março, abril e maio já atinge 107,3 por cento. Com o gatilho de junho, esse índice subirá para 129 por cento.

Foto de Robson de Freitas



Na reunião dos pais de alunos com a Direção do CEL não houve acordo e a escola já anuncia o fechamento